

# Programa reserva vagas para negros

Novo PNDH amplia direitos das minorias e prevê união civil entre homossexuais

Patrícia Cunegundes  
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, ontem, a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 1996, prevendo investimentos da ordem de cerca de R\$ 26 bilhões em ações já em andamento e nas que serão elaboradas. A nova versão do programa foi criada para atender as minorias e impedir que, por discriminação, brasileiros sejam prejudicados na hora de comprar um imóvel ou arrumar um emprego. O programa estabelece 518 metas a serem instituídas por meio de decreto.

Entre as medidas anunciadas ontem no Palácio do Planalto estão algumas de autoria do Congresso, como a que permite a união civil entre homossexuais — projeto da atual prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, em tramitação na Câmara. O governo assumiu também a intenção de apoiar a mudança do registro civil para os transexuais.

Outro ponto de destaque da nova versão do PNDH foi a instituição da política de ações afirmativas do governo para a administração pública federal. Ela prevê, por exemplo, a cota de 20% para servidores negros nos órgãos públicos federais. Para o coordenador

da Organização Não-Governamental (ONG) Viva Rio, Rubem César, o apoio às cotas para negros foi a medida mais importante anunciada ontem pelo presidente.

Além das questões sexual e racial, a revisão do PNDH inclui a sugestão de redução da carga tributária dos alimentos básicos, para facilitar a compra pela população carente.

Foi apresentada também uma publicação sobre segurança alimentar e o direito à alimentação no Brasil, coordenada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento.

Segundo o documento, no Brasil a

fome afligia, em 2000, 21 milhões de pessoas, ou seja, 13% da população. A proporção de indigentes, no entanto, diminuiu cerca de 40%, quando caiu de 21% em 1990 para 13% em 2000.

Para o secretário de Estado dos Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, o PNDH II vai “além do imediato e prolonga os compromissos atuais para o futuro e representa a vanguarda do pensamento do governo”.

Durante a solenidade, o presidente Fernando Henrique Cardoso adiantou que o Brasil será sede do Centro Mundial de Combate à Pobreza para permitir que as políticas implementadas nesse campo “sejam disseminadas a outros países” que também sofrem o problema. Ele anunciou, ainda a criação do Conselho Nacional de Promoção do Direito à Alimentação e do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos.

## Trabalho forçado

O Executivo enviou ontem ao Congresso dois projetos de lei (PL). Um deles prevê que autores de agressão doméstica sejam afastados do lar, mas depende de outro PL que qualifique violência doméstica. O outro cria um seguro-desemprego para indivíduos libertos da condição análoga à de escravo, por três meses. De acordo com ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, atualmente existem 2,4 mil pessoas nessa condição. “Não basta apenas tirar as pessoas da condição análoga à de escravo, mas criar condições de vida”, afirmou.

O assunto também teve uma publicação, pelos ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego, intitulada “O combate ao trabalho forçado no Brasil”.